

VOZES FEMININAS DA ILHA DE SÃO VICENTE: NARRATIVAS DE LUTA E RESISTÊNCIA

Edna Sousa Cruz (UEMASUL)

edna.s.cruz@hotmail.com

Bianca de Sousa Torres (UEMASUL)

biatorres54@hotmail.com

Larissa Sá Mota (UEMASUL)

larissasahmota@gmail.com

Milene Oliveira Assunção (UEMASUL)

mileneassnc@gmail.com

RESUMO

O presente estudo buscou visibilizar as vozes de mulheres remanescentes quilombolas da Ilha de São Vicente-TO, partindo das narrativas memoriais como instrumento de empoderamento. Adotou-se como objeto de estudo as trajetórias de vida de mulheres que exercem o papel de liderança em sua comunidade, sujeitos que, como narradoras de suas próprias vivências, tomaram para si o papel e a responsabilidade de preservar e difundir os valores de seus ancestrais. O *corpus* da pesquisa compôs-se de entrevistas orais de cinco mulheres com idades e formações acadêmicas distintas. A pesquisa norteou-se pelos pressupostos da História Oral, metodologia que tem como ponto-chave abrir espaço de fala ao sujeito silenciado. Os dados apontam que o processo de construção de identidade das mulheres entrevistadas têm seus sentidos negociados dentro e fora da comunidade. Nesse constante ato de se movimentar, em busca de visibilidade e empoderamento social, as mulheres entrevistadas alimentam os laços que as unem ao território que, longe de ser somente um espaço físico, é lar de ancestralidade e memória para os remanescentes da Ilha de São Vicente.

Palavras-chave:

Empoderamento. Narrativa. Vozes femininas

Abstract

The present study aimed to make visible the voices of remaining quilombola women from Ilha de São Vicente - TO, by using memorial narratives as instrument of empowerment. The life trajectories of women who exercise leadership role in their community, subjects who, as narrators of their own experiences, took on the role and responsibility of preserving and disseminating the values of their ancestors. The research *corpus* consists of oral interviews with five women of different ages and academic backgrounds. The research was guided by the assumptions of Oral History, which is a methodology that has as key point opening space for speech to silenced subject. The data indicates that the identity construction process of the interviewed women has its meaning negotiated inside and outside the community they belong to. In the constant act of moving, searching for visibility and social empowerment, the women interviewed nourish the bonds that unite them to their territory that, far from

being just a physical space, it is home to ancestry and memory for the remnants of Ilha de São Vicente.

Keywords:
Empowerment. Narrative. Female voices.

1. Introdução

A escravidão negra no Brasil ocupa um longo capítulo de nossa história. Passados mais de três séculos, essa tragédia social persiste, sob as mais diversas dimensões. Parece continuar, citando Schwarcz (2018), em estado de amnésia nacional. O trauma social vivenciado pelos negros deixou marcas indeléveis na história do Brasil, pelos registros históricos da violência a eles infligida. Negros e negras foram obrigados a deixar, na base da força, sua terra-mãe, a África, e aqui chegaram na condição de povo escravizado, tornando-se alvo de violência física e psicológica, com o intuito de desumanizá-los.

Essa desumanização era um processo operado pela destruição física, cultural e civilizatória da população negra. Nesse contexto de opressão, o fato de pertencer ao gênero feminino não privou a mulher negra de sofrer toda sorte de castigo, já que, no trabalho escravo, elas “experimentaram a igualdade com os homens, na produção, na força, nas surras, muitas das quais seguidas de morte, predominando múltiplas violências às mulheres, pelo sexo, estupro, reprodução e lactação” (DAVIS, 2016, p. 47). Num contexto hierárquico que colocava de um lado o branco europeu como ser superior e do outro negros e indígenas como ser menor, as mulheres negras escravizadas eram situadas em um nível social muito mais inferior. Sua desvantagem era tríplice: pelo fato de ser mulher, negra e escravizada.

Em meio a um cenário hostil, homens negros e mulheres negras criaram mecanismos de defesa e luta pela sua sobrevivência. As exteriorizações de não aceitação da sua condição de escravo foram constantes durante todo o ciclo escravocrata, revelando a dimensão histórica das lutas e revoltas em favor da libertação. Nas fazendas para onde eram destinados, os escravizados recorriam ao assassinato de escravizadores, organizavam rebeliões, praticavam suicídios, recusavam-se a praticar o trabalho forçado e, sobretudo, planejavam as fugas que, por sua vez, culminaram no surgimento dos quilombos.

Espalhados por todos os cantos do Brasil, o quilombo constituiu a forma mais representativa de luta contra a escravidão. Para os escraviza-

dos, esse espaço significou possibilidade de manter a autonomia sobre si mesmo, de vivenciar sua cultura, tradições e etnicidade, bem como de estabelecer uma relação de pertencimento a um território que se torna historicamente sinônimo de resistência.

Nesse espaço livre inventado por seus fundadores, de acordo com Munanga (1996) e Moura (2001), o grupo, ao formar núcleos paralelos de poder, produção e organização social, estruturava-se nos moldes de uma República Africana, criando estratégias coletivas de luta e buscando viver de acordo com as tradições culturais daquele continente. Os quilombolas desenvolveram uma vivência comunitária na qual negros e negras fugidos da escravidão conviviam com negros e negras libertos, índios e brancos excluídos da sociedade branca e patriarcal (PRIOETE; BARRETO, 2012). A diversidade de grupos que recorriam aos quilombos caracteriza tal espaço como lugar de acolhimento aos oprimidos pelo sistema da época, onde o cultivo de laços estreitos com a terra se revela estratégia de sobrevivência.

A luta dos negros pela tão sonhada liberdade foi uma batalha longa, ressignificada a partir da assinatura da Lei Áurea, em 1888. É voz corrente que a abolição da escravidão, considerada por historiadores como Fiabani (2007) a única revolução vitoriosa no Brasil, ainda que tenha restituído a liberdade aos escravizados, não conseguiu extinguir a tragédia social da população negra. Tal compreensão se justifica porque esse ato ocorreu desprovido de qualquer medida para inserir a população negra na sociedade, fato que teria dado início à composição de grupos de negros libertos, mas marginalizados racial, social e territorialmente.

Se, por um lado, a abolição acenava com a tão sonhada liberdade, por outro, em virtude do desamparo do poder público, o negro continuou marginalizado, refém de um sistema segregador, principalmente por conta de sua cor de pele. Não houve, por exemplo, iniciativas para viabilizar o acesso à moradia, ao mercado de trabalho, à saúde e à educação. Soma-se a essas questões o impedimento de possuírem terras, de acordo com a Lei de Terras, promulgada em 1850.

Os negros adquiriram *status* de livres, o que lhes assegurava o direito de ir e vir, mas, por serem destituídos de condição financeira e material, grande parte deles continuou trabalhando para seus ex-senhores. No contexto de trabalhadores explorados nos latifúndios, excetuando a parca que recebiam, continuavam sendo submetidos à forte humilhação.

Para romper com a opressão que se manteve, as fugas, dessa vez de sujeitos livres, para terras isoladas continuaram a acontecer. Estas, na percepção de Calheiros e Stadler (2010), teriam dado origem ao surgimento de comunidades que, por romperem com a sociedade formal da época, indicam que o conceito de quilombo tem outros sentidos além daquele unicamente associado às comunidades formadas por ex-escravos. Nessa conjuntura, o quilombo deu lugar às comunidades remanescentes quilombolas. Esses espaços passaram a ser entendidos como comunidades tradicionais, uma vez que abrigam grupos que se diferenciam da sociedade dominante, constituídos predominantemente pela identidade quilombola.

As comunidades quilombolas encontram-se culturalmente vulneráveis, pois não dispõem de políticas públicas que lhes garantam acesso a direitos básicos. Outro ponto refere-se à falta de incentivo à livre manifestação cultural, o que, por sua vez, provoca um apagamento identitário. Dessa forma, a comunidade remanescente quilombola não nasce somente por meio da apropriação de recursos naturais provenientes do território, mas, como pontua Rios (2006), a partir de fatores étnicos, de parentesco, político-organizativos e de representatividade própria.

2. *Percurso metodológico*

Este estudo norteia-se pela pesquisa qualitativa e pela metodologia da história oral. De acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa apresenta um caráter mais subjetivo, atentando-se para as experiências e vivências dos participantes do estudo, que não podem ser compreendidas por meio de estatísticas.

Optamos pela metodologia da História Oral pelo seu caráter inovador, posto que seus objetos dão “atenção especial aos dominados, aos silenciosos e aos excluídos da história” (FRANÇOIS, 2006, p. 4). Tal característica da História Oral possibilita que os envolvidos em um processo de narração de si saiam de uma posição de “invisibilidade” social e histórica, assumindo-se como donos e autores da própria história.

Lozano (1998) destaca a relevância do viés subjetivo da História Oral, que, ao suscitar interpretações de âmbito qualitativo, gera fontes inteiramente novas para a construção do passado. Joutard (2000, p. 33-4) afirma que a História Oral revela aquilo que parece ser “indescritível”, isto é, realidades que dificilmente apareceriam em documentos escritos,

por serem consideradas “muito insignificantes” ou difíceis de transmitir pela escrita. Ao captar essas “realidades indescritíveis”, a oralidade revela de que forma as memórias afetam o sujeito e influenciam a forma como ele age e vê o mundo, além de possibilitar a reconstrução de novas perspectivas sobre o passado.

Portelli (2001, p. 18) sustenta que a História Oral é, antes de tudo, “o encontro de duas pessoas diferentes, uma com uma estória para contar e a outra com uma história para reconstruir”. Esse momento de reconstrução é, sobretudo, uma forma de compartilhar, ricamente igual para as pessoas que dele participam, em que especificidades individuais não devem ser desconsideradas, pois se mostram relevantes e pertinentes em suas vivências (LEVI, 1996).

Durante as entrevistas com as pessoas mais idosas da comunidade, por exemplo, procuramos criar vínculos com as entrevistadas por meio de uma escuta flexível, na qual os relatos pudessem transcorrer no tempo e do jeito de cada entrevistada. Desse modo, a entrevista foi entrecortada por cantos, idas ao quintal para exposição de plantas e muitas pausas, quando as lembranças evocam emoções acerca das memórias resgatadas.

A pesquisa foi estruturada em quatro etapas. Nos passos iniciais, procedemos a uma visita ao quilombo da Ilha de São Vicente, para conhecermos a realidade local de seus moradores. Na segunda visita, que constituiu a segunda etapa, demos início à coleta de dados por meio do registro dos relatos e das narrativas de rodas de conversas, além de entrevistas individuais. Utilizamos um roteiro semiestruturado, com enfoque nas tradições da comunidade, história de vida dos entrevistados, escolarização e questões étnico-raciais. A terceira etapa constituiu-se da transcrição das entrevistas gravadas. Por fim, no quarto momento, realizamos as análises dos dados.

A pesquisa tem como objeto de estudo narrativas orais de remanescentes quilombolas. O *corpus* da pesquisa compõe-se de relatos orais de cinco vozes femininas, mulheres que exercem papéis de lideranças em sua comunidade. Com idades variadas, duas entrevistadas desempenhavam o papel de griôs, o que faz de suas trajetórias, sendo referência para as gerações mais jovens de sua comunidade, e três atuavam como aprendizes dessa arte. As participantes são as seguintes: Helisana Barros, 23 anos, jovem liderança quilombola e licenciada em Ciências da Computação no Instituto Federal do Tocantins; Uana da Silva Barros, 33 anos,

graduanda em Ciências Biológicas no Instituto Federal de Tocantins; Fátima Barros, formada em pedagogia; Vicência, 84 anos sem acesso à educação formal; e Domingas Barros, 88 anos, que não teve acesso ao ensino básico.

3. *“Meu nome é Vicência por causa do quilombo”: Ilha de São Vicente, terra de memórias e resistência*

A Ilha de São Vicente está localizada no município de Araguatins, no estado do Tocantins. O começo da sua história data do ano de 1865, quando os antepassados da família Barros, oriundos de regiões da África, foram vendidos para um fazendeiro chamado Vicente Bernardino, em pagamento de dívidas. Durante vinte e três anos, a família Barros viveu sob o jugo desse fazendeiro. Responsáveis pela edificação de casas, pavimentação de ruas e criação de animais, os Barros participaram ativamente da construção do município de Araguatins.

Escravidados até o ano de 1888, os Barros conquistaram sua liberdade com a Lei Áurea. Após a Abolição da escravatura, o então fazendeiro Vicente Bernardino, não intentando que a família vagasse pelo mundo, concedeu-lhe o território que correspondia à Ilha de São Vicente, sem, no entanto, oferecer algum documento que comprovasse a posse da localidade. Para sobreviverem no novo território, a família Barros precisou se adaptar e desenvolver técnicas de cultivo que se adequassem ao bioma local. Nesse processo de entender o território, os povos ali situados desenvolveram uma vivência comunitária pautada pela estreita ligação com a terra, que permanece até os dias atuais.

Essa relação com o território foi constantemente ameaçada nos anos seguintes por fazendeiros e grileiros que ambicionavam a sua posse, cuja extensão é de cerca de 2.297,3 km². A falta de documentação que lhe assegurasse a posse do território deixou a família Barros em situação muito vulnerável, fato que culminou em um despejo dos moradores, no ano de 2010, por um fazendeiro que alegou na justiça ser o proprietário da ilha. Com a expulsão de seu espaço, a relação que a comunidade tinha com a terra e parte da materialidade de suas memórias se dissipou junto com as moradias que foram queimadas e a produção agrícola destruída.

O episódio contribuiu para que a comunidade começasse o seu processo de filiação à identidade quilombola, posto que uma das condições para a reapropriação do território era a comprovação da relação

existente enquanto remanescente com a terra. Em decorrência da ação de despejo, a comunidade passou a estudar sobre o que era ser quilombola e quais eram os seus direitos, num processo de autoconhecimento e autoafirmação.

A saga da comunidade da Ilha de São Vicente para se manter em espaço que historicamente sempre lhe pertenceu de fato e de direito sinaliza que a questão fundiária no Brasil tem uma estreita ligação com a história do povo negro. Apesar da vasta experiência dessa população no cultivo da terra, não estava assegurada a sua posse.

A negação ao negro do direito à posse de terra teve como instrumento legal a Lei de Terra, promulgada em 1850, que determinava que terras habitadas por escravos fugidos e libertos não eram reconhecidas como ocupadas, podendo, portanto, ser transferidas à propriedade privada (RIOS, 2006). Essa Lei, além de criar mecanismos impeditivos para que os negros obtivessem posse de terras, desvalorizava sua mão de obra ao incentivar a contratação de colonos estrangeiros.

Os fatores que tornavam impeditivo ao negro a “compra” da terra provocaram-lhe dupla barreira. Na condição de escravos, eram considerados mera mercadoria, enquanto que na condição de libertos não podiam ser proprietários de terra, por menor que fosse sua extensão, fator determinante para sua não ascensão social. O sentido de terra para o indivíduo outrora marginalizado, espaço de cultivo da sobrevivência, artefato cultural, palco onde residem suas memórias de batalhas pela liberdade, tem nas comunidades quilombolas sua continuidade.

Para os quilombolas, a terra é lugar de registro da herança e legado do caminhar de resistência de um povo. Terra aqui é entendida num sentido amplo, englobando a terra necessária para a reprodução material da vida, mas também a terra na qual o simbólico paira, encontrando a memória um lugar privilegiado, morada de mitos, lendas e cantorias, e de tradições que preservam o sentido sagrado da coletividade, tão essencial à vida quanto à terra de trabalho.

Na narrativa de reivindicação de seus direitos sobre o território, a mulher quilombola surge como figura de resistência e persistência, características herdadas de suas ancestrais. Seu engajamento político e social leva-a a ocupar o lugar de protagonismo nas lutas coletivas de sua comunidade. Nesse sentido, faz-se presente na luta pela visibilidade quilombola e pelo desenvolvimento do lugar onde vive sua comunidade, tornando-

se, então, uma figura de extrema influência e representatividade, como se observa nos dizeres da entrevistada a seguir:

Eu só faço essa luta quilombola hoje porque antes de mim outras mulheres, como minhas tetravós, como a Serafina Barros, como a Maria Barros, como a Vicensa Barros, como a Maria Francisca Barros, todas elas fizeram luta antes de mim. Eu, enquanto mulher negra, hoje eu tenho uma condição muito mais favorável do que a condição que tiveram essas mulheres. Imagine uma mulher que chegou aqui sozinha, escravizada, com o marido escravizado, dois filhos escravizados e que teve que se lançar aqui dentro desse território com condições inóspitas para sobreviver e ela sobreviveu a isso e porque ela sobreviveu, nós sobrevivemos, nós estamos aqui hoje fazendo essa narrativa. Eu não canso de contar a história da minha comunidade, que também é a história da minha vida, é eu me reafirmando enquanto pessoa. (FÁTIMA, entrevista oral, 2019)

Meu nome é Vicência por causa do quilombo. Eu acho bom demais, nós não sabia que era quilombola, tem poucos tempos que nós viemos saber que nós era quilombola por causa dos meus avós, que eram quilombola, mas nós não sabia que era. (VICÊNCIA, entrevista oral, 2019)

Na memória de um tempo no qual se inscrevem as ancestrais femininas, os fios que teceram as imagens de mulheres combativas são os mesmos que entrelaçam a identidade de resistência à qual as quilombolas se filiam. A importância dessas referências do passado é o esteio que fortalece a luta quilombola atual pautada por uma vivência coletiva, profundamente ligada à memória, à ancestralidade e ao território.

Ao acentuar o papel das gerações de mulheres quilombolas para a sobrevivência das ascendências futuras, Fátima ressalta a frágil estrutura na qual a mulher quilombola tem sua vida moldada. A primeira geração por ainda vivenciar as agruras da escravidão (*Imagine uma mulher que chegou aqui sozinha, escravizada, com o marido escravizado, dois filhos escravizados*) teria experienciado situações de subordinação, seja por questões de condição social, cor e/ou gênero. O reconhecimento dessa vulnerabilidade, que aflora em *condições inóspitas para sobreviver*, sinaliza a complexidade de ocupar o lugar de protagonismo nas lutas coletivas de sua comunidade, sendo mulher, negra e escrava.

O relato de Fátima evidencia que, ainda que suas ancestrais pudessem estar situadas nas últimas camadas sociais, as mulheres teriam deixado um legado de luta e resistência como herança latente: *nós sobrevivemos, nós estamos aqui hoje fazendo essa narrativa*. A identidade de resistência que brota na narrativa das quilombolas vai tomando forma no âmbito das relações de poder caracterizadas, segundo Castells (2008),

pela reação às situações de marginalização impostas pelo poder dominante, que na narrativa toma corpo no uso recorrente do verbo sobreviver.

Na trajetória de resistência da Ilha de São Vicente, rememorar os feitos das ancestrais femininas fortalece a narrativa de pertencimento das mulheres quilombolas daquela comunidade. Vicência, ao enunciar que a escolha de seu nome se deu por causa do quilombo, ressalta o valor do território na consolidação de uma identidade que compartilha enquanto remanescente quilombola. Fátima, ao enunciar que *a história da minha comunidade, também é a história da minha vida, é eu me reafirmando enquanto pessoa*, evoca a memória como marcadora de identidade e potencializa a história de vida e lutas da comunidade recontada de geração em geração.

Cumpre ressaltar que a história, para as mulheres quilombolas entrevistadas, é organismo vivo, que não reside em algum lugar do passado. Atua, portanto, como interstício nos movimentos de lutas, resistência, sobrevivência e descobertas sobre os significados de ser quilombola. Reconhecer-se quilombola significa recuperar uma identidade estruturalmente invisibilizada, que vai tomando forma no movimento do sujeito em preservar a sua subjetividade e desviar-se do anonimato (D'ALESSIO, 1998).

4. *“Eu nunca fui na escola. Nem um dia”: a educação como instrumento de fortalecimento da identidade quilombola*

A análise das narrativas das mulheres remanescentes quilombolas mostrou-se um trabalho rico em significados. São histórias que revelam a força da mulher negra, a resistência de um povo e o caminho, nem sempre fácil, trilhado nesse constante ato de transformar estruturas historicamente excludente.

Nesse sentido, o coletivo feminino da Ilha de São Vicente busca não somente visibilizar sua identidade quilombola, mas romper com barreiras que impediram a comunidade, sobretudo as mulheres, de ingressar no ambiente escolar por um longo tempo. O acesso e a permanência no sistema educacional também se mostraram um desafio para a população negra desde os tempos após a abolição, realidade que se revela de forma ainda mais clara quando analisamos os dados da comunidade da Ilha de São Vicente. Como afirma Silva (2019),

As possibilidades do negro de acesso à escola, mesmo que regulamentadas em lei, encontram sempre um empecilho para se firmarem e fazerem acontecer. Assim, a educação concretizada por meio da escola não se concretiza para muitos desses alunos quilombolas. Além disso, quando a escola absorve tais estudantes, ela não contempla um currículo voltado para a sua realidade local, nem para um combate à prática do racismo e em prol da valorização da diversidade étnica. Diante disso, a instituição escolar acaba contribuindo para a exclusão desse aluno. (SILVA, 2019, p. 44)

Embora, na teoria, negros e brancos possuam iguais oportunidades educacionais, o seu acesso ainda é cheio de percalços para os primeiros. A comunidade remanescente do quilombo da Ilha de São Vicente, por exemplo, sofre a falta de uma escola própria no território, com uma educação voltada para os saberes referentes à ancestralidade negra. Os jovens percorrem um caminho mais árduo para conseguirem estudar, sendo muitas vezes necessário que eles passem a morar fora da comunidade para facilitar o acesso à educação.

Na narrativa construída pelas entrevistadas, transita um repertório de recorrências sobre a não escolarização e a quebra desse ciclo. Nos relatos, o fator gênero aparece como principal entrave para a escolarização, remetendo a uma memória discursiva em que a mulher negra ou de origem rural tinha no trabalho braçal uma das poucas opções de vida:

Minha infância era quebrar coco. Quebrar coco. Nem estudar nós estudamos. Eu e ela (Vicência) e a outra que faleceu. Nós não estudamos não. Meu pai só colocava os homens pra estudar, mas as mulher era só pra ficar trabalhando na roça mais ele. A nossa infância foi desse jeito, quebrando coco, para nós comprar nossas coisas, porque ele também não tinha condição. Aí, nós tinha que trabalhar para comprar nossas coisas. A nossa infância era desse jeito. (DOMINGAS, entrevista oral, 2019)

Papai nunca deixou nós ir pra escola, só os meninos homens: “não que menina mulher dá trabalho, não pode ficar nas casas alheias”. E nessa nós ficamos só com a força de vontade. Eu nunca fui na escola nem um dia [...] uma vida triste a gente não saber ler. Não, porque ele dizia que filha mulher não botava nas casas alheias, era só filho homem que vinha pra escola. E nós fica lá capinando e quebrando coco, tirando azeite. É uma vida sofrida. (VICÊNCIA, entrevista oral, 2019)

Minha mãe quando me levava pra quebrar coco sempre me falava assim, eu perguntava: quando é que eu vou aprender (a quebrar coco)? Ela me falava: “eu quero que você estude”. Então, minha mãe sempre fez essa narrativa pra gente da importância de estudar e isso me fez estudar. (FÁTIMA, entrevista oral, 2019)

Os relatos de Vicência e Domingas sinalizam que a atuação da mulher quilombola não se restringe apenas à esfera doméstica, já que transitam da casa ao roçado. Nos espaços de uso coletivo, como a roça e os locais de extração de coco, nos quais desenvolvem tarefas para a manutenção econômica da família, Vicência e Domingas, ao relatarem da lida no campo *quebrando coco, tirando azeite*, desmistificam a representação do espaço produtivo-público como um âmbito masculino e o doméstico e privado como feminino.

Na narrativa por elas construída, a figura feminina aparece subjugada à masculina, com uma submissão que lhes teria negado muitos direitos. Portella e Silva (2006 *apud* PONTES; STEWARD, 2019) apontam que mulheres advindas de uma estrutura familiar rural vivenciam uma dinâmica que as coloca em um papel de desvantagem hierárquica, tendo muitas vezes suas forças de trabalho controladas pelo chefe familiar, costumeiramente uma figura masculina.

Nas lembranças de Vicência e Domingas, em excertos como *meu pai só colocava os homens pra estudar, era só filho homem que vinha pra escola*, a figura masculina aparece de modo a reforçar a subalternidade feminina, numa sociedade patriarcal na qual o conhecimento é privilégio dos homens. Vicência e Domingas contribuíam na economia doméstica (*nós ficava lá capinando, quebrando coco, tirando azeite*), mas isso não lhes assegurava independência para fazerem suas próprias escolhas: o acesso ao estudo é uma delas. Nos relatos (*uma vida triste a gente não saber ler, e nessa nós ficamos, só com a força de vontade de estudar*), estão presentes vestígios da frustração que a privação escolar teria lhes provocado.

Não obstante fazerem parte de uma geração de mulheres não escolarizadas, Vicência e Domingas, por entenderem o valor da educação formal, procuram romper com esse ciclo na geração que as sucede, incentivando-a a trilhar o caminho em direção à escola. Enquanto figuras de referência, tomam para si a tarefa de modificar o contexto social no qual estão inseridas, como evidencia o relato: *minha mãe sempre fez essa narrativa pra gente da importância de estudar e isso me fez estudar*. Ao incentivarem o estudo aos seus descendentes, tornam-se agentes da transformação da realidade dos remanescentes quilombolas.

Julio e Strey (2009) pontuam acerca das referências heroicas que não têm necessariamente destaque social ou modelos aos quais se basearem, mas que possuem uma noção natural de “caminho a seguir”. O

heroísmo a que se referem Julio e Strey estaria presente nessa atitude obstinada da mãe em guiar a filha pelos caminhos que ela mesma não teria percorrido. Formulações como *eu quero que você estude, minha mãe sempre fez essa narrativa pra gente da importância de estudar e isso me fez estudar* reforçam o papel decisivo da figura feminina em transformar a realidade do local ao qual pertencem.

A geração mais jovem da Ilha de São Vicente vive uma realidade diferente da geração que a antecede no que se refere à escolarização. Contudo, seus dizeres apontam que a permanência na educação formal é tão difícil quanto o seu acesso, principalmente no que se refere ao ensino superior. Dentre as dificuldades que enfrentam, o preconceito contra a comunidade quilombola, no dizer das entrevistadas, ainda é uma das barreiras mais difíceis de serem superadas:

A gente ouviu muitas críticas na escola em relação à bolsa permanência. Às vezes, até bato de frente com alguns colegas, mas às vezes eu relevo, né. Tem muitos que fazem essa pergunta também: “Como é que eu faço pra eu receber essa bolsa?”. Aí, eu falo: “Ah, meu filho, tem que nascer de novo. Além de nascer, ainda tem que nascer filho de africano, descendente de algum africano, pra você receber uma bolsa dessa”. Falo desse jeito. (UANA, entrevista oral, 2019)

As próprias pessoas que atendem a gente muitas vezes elas se renegam, elas não querem de maneira nenhuma que a gente consiga acessar, dificultam o máximo que conseguem [...] Teve um dos homens, que agora ele nem é mais a pessoa que opera lá o nosso cadastro, que ele chegou a me questionar: “ah, se souberem que vocês não moram lá nessa comunidade mesmo, vocês perdem o direito”. Aí, eu falei: “quem é o senhor pra falar assim comigo? Eu sei do meu direito por lei, eu sei do meu dever por lei e você está aí pra fazer o seu trabalho e eu estou aqui trazendo a minha comprovação”. (HELISANA, entrevista oral, 2019)

As ações afirmativas mostram-se essenciais para o ingresso e a permanência de negros e negras na universidade, tais como o sistema de cotas e o programa de Bolsa Permanência, que visam equiparar indivíduos que não possuem as mesmas oportunidades (DENTZ; SATO; VALE, 2019). Tais políticas são de suma importância para a democratização do acesso à educação, pois, de modo contrário, o universo acadêmico não seria um horizonte facilmente alcançável, conforme é observado no seguinte trecho: *a gente recebe essa bolsa justamente pra conseguir se manter na cidade.*

Entretanto, mesmo que as ações afirmativas sejam de suma importância para a permanência na universidade, o fato das estudantes acessarem esses programas torna-as alvo de piadas discriminatórias. As

jovens remanescentes dizem ser alvo do racismo institucional, que se manifestaria no questionamento *como é que eu faço pra eu receber essa bolsa?* e nos comentários dos funcionários da instituição com advertências, como *se souberem que vocês não moram nessa comunidade mesmo, vocês perdem o direito.*

Apreende-se dos relatos das jovens remanescentes que o racismo institucional por vezes age de modo velado, de forma a impedir que negros e negras consigam mobilidade e ascensão social, colocando novas barreiras em “reposição” às que são transpostas. Em um contexto no qual o padrão hegemônico de pensamento age no sentido de difundir a escola como lugar interdito para negros e negras, as jovens quilombolas desafiam as representações socialmente atribuídas a elas. Sob essa perspectiva, o coletivo feminino da Ilha de São Vicente empenha-se em romper com preconceitos acerca do que significa ser remanescente quilombola (*eu sei do meu direito por lei*), reafirmando e ressignificando suas identidades.

5. Considerações finais

Nesta pesquisa, buscou-se entender como se configura o processo de construção da identidade quilombola e do empoderamento feminino das remanescentes quilombolas da Ilha de São Vicente-TO. Verificou-se que as mulheres protagonistas deste estudo atuam no sentido de reafirmar seus direitos e sua identidade quilombola constantemente. É nesse processo de diálogo entre o sujeito e a sociedade que as identidades das remanescentes quilombolas são modificadas e desenvolvidas, formando uma identidade de luta e resistência: as mulheres da Ilha de São Vicente não aceitam se calar diante de desrespeitos e preconceitos, rebatendo críticas e comentários grosseiros.

Além de ser um lugar de conflito, a universidade também é o espaço em que as remanescentes quilombolas podem crescer tanto pessoalmente quanto coletivamente. É notório que a universidade se configura como um espaço de mudança e desenvolvimento, onde se empoderam e encontram a chance de continuar lutando para mudar sua história.

Na universidade e em sua comunidade, as remanescentes quilombolas assumem diversas identidades. São estudantes e também são revolucionárias. Estão promovendo a mudança, movendo as estruturas da sociedade moderna e transformando seus alicerces. Estão tomando para

si seu lugar de direito na sociedade, lutando contra o racismo pela defesa de seus direitos e fim da marginalização a que foram submetidas.

A narrativa das protagonistas deste estudo afigura-se processo de resignificação do papel da mulher negra na comunidade quilombola e em outros espaços sociais fora do território. Os dados sinalizam que suas histórias são marcadas pela descoberta e pelo empoderamento. As quilombolas idosas, mesmo tendo sua trajetória de vida fortemente definida pelo gênero, hoje têm suas vozes ecoando na trajetória de suas descendentes, já que as mais jovens levam em si as vozes de suas antecessoras. As vitórias que conquistam são também reflexo de suas ancestrais, que estão presentes tanto em suas narrativas quanto em suas trajetórias de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALHEIROS, Felipe Peres; STADLER, Hulda Helena Corciara. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. *Revista Katál.* v. 13, n. 1, p. 133-9, Florianópolis, jan./jun. 2010.

CASTELLS, M. *O Poder da Identidade* (A era da informação: economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, 1998.

D'ALESSIO, Marcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História*, v. 17, p. 269-80, São Paulo, 1998.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2016.

DENTZ, Schirlei Russi von; SATO, Silvana R. Souza; VALLE, Ione Ribeiro. As Ações Afirmativas na Base da Democratização da Educação Superior Brasileira: Irradiações da Reforma Universitária de Córdoba. *Rev. Inter. Educ. Sup.*, v. 5, p. 1-28, Campinas, 2019.

FIABANI, Adelmir. O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções. *XXIV Simpósio Nacional de História*. 2007, São Leopoldo. *Anais [...]* São Leopoldo: Oikos Ltda, 2007. p. 1-9

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs). *Usos & Abusos da História Oral*. 8. ed. São Paulo: FGV, 2006. p. 3-14

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 31-45

JULIO, Ana Luiza dos Santos; STREY, Marlene Neves. Negros e negras no ensino superior: singularidade para a permanência. *Revista África e Africanidades*, Ano 2, n. 5, Maio. 2009. Disponível em <www.africaafricanidades.com> Acesso em 18 maio 2020.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.167-182.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 15-25

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 9-29. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso em: 20 Jan. 2020.

MOURA, Clovis. *O quilombo e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, n. 28, p 56-63, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>. Acesso em: 10 maio 2020.

PRIOETE, Fernando; BARRETO, André. *Território quilombola: uma Conquista cidadã. Cartilha formação com jovens quilombolas*. 2012. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Cartilha-forma%C3%A7%C3%A3o-com-jovens-quilombola.pdf>. Acesso em: 26 maio 2020.

PONTES, Maria Cristina Cordeiro Lopes; Steward, Angela May. *Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de Moju-Miri*.

Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento, [S.I.], v. 13, n. 2, p. 186-207, jul-dez 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/8715/6226> Acesso em: 30 maio 2020.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Projeto História*. São Paulo (22), p.9-36, jun. 2001.

RIOS, Mariza. *Território quilombola: uma propriedade especial. Verdades do Direito*, v. 3, n. 5, p. 65-84, Belo Horizonte, jan./jun. 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Teorias Raciais. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Orgs). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p 420-427.

SILVA, Elma Vital da. *Memórias e trajetórias de jovens universitários da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, em Araguatins-TO*, Dissertação (Mestrado em educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS. Programa de Pós Graduação em Educação-PPGEDU, São Leopoldo/RS, p. 122, 2019.

SONN, Christopher C.; STEVENS, Gart. Histórias do apartheid, memória e pertencimento entre a população da diáspora sul-africana na Austrália. *Revista USP*, n. 114, p. 71-90, São Paulo, jul./ago./set. 2017.